



Matrizes

ISSN: 1982-2073

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

PEREIRA, ARIANE CARLA

Práticas humanas construindo a história da comunicação no Brasil

Matrizes, vol. 8, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 299-304

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143031143020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Práticas humanas construindo a história da comunicação no Brasil

Human practices constructing the history of Communication in Brazil

■ ARIANE CARLA PEREIRA *

BARBOSA, Marialva.
História da Comunicação no Brasil.
Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 392 p.

RESUMO

História da Comunicação no Brasil é o título do novo livro da professora Marialva Barbosa, publicado pela Editora Vozes. Na obra, a autora aborda temas clássicos da implantação dos meios – jornal, rádio e TV – em território nacional, mas, principalmente, coloca em cena fatos até hoje silenciados, como as marcas da oralidade típica brasileira influenciando a formação da nossa imprensa e as práticas leitoras e escriturárias dos negros, escravos ou forros. Assim, a história proposta por Barbosa é centrada menos na trajetória dos meios e mais na sociedade e nos sujeitos.

Palavras-chave: História da comunicação, história do jornalismo, jornalismo no Brasil, trajetória da comunicação no Brasil

ABSTRACT

History of Communication in Brazil (*História da Comunicação no Brasil*, in Portuguese) is the title of the new book written by the PhD Professor Marialva Barbosa (Federal University of Rio de Janeiro/UFRJ), published by Editora Vozes. In the book, the author addresses the classical themes of the implantation of Media in the country – Newspaper, Radio and TV – but, specially, puts on scene silenced facts, as the marks of Brazilian typical orality influencing the formation of our Press and the reading and clerks practices by black people, slaves or freemen. Thus, the history proposed by Marialva is focused less on the trajectory of the Media and more on society and individuals.

Keywords: History of communication, history of journalism, journalism in Brazil; trajectory of communication in Brazil

* Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava-PR, Brasil. Coeditora da Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM). Diretora-presidente da Rede Brasileira de Mídia Cidadã. E-mail: ariane_carla@uol.com.br

QUASE DUAS DÉCADAS já se passaram... Dos meus tempos de faculdade, muito já se apagou, foi esquecido ou silenciado. Da mesma maneira, muito ainda é lembrança. Memórias que incluem as disciplinas cursadas e, também, as não cursadas. Entre essas últimas está a de História da Comunicação e/ou do Jornalismo, não contempladas pela grade da época. Mas a história (ou seria a trajetória?) dos meios – jornal, rádio e TV – víamos nas disciplinas específicas. Era uma espécie de prólogo antes da prática, um nariz de cera melhor dizendo... O primeiro jornal do Brasil, a paternidade partilhada do rádio, as transmissões pioneiras de Chateaubriand.

Anos depois, quando voltei ao curso de Jornalismo, agora como professora, em outra instituição, a História da Comunicação estava no rol das disciplinas oferecidas, previstas pelo Projeto Político Pedagógico. Entretanto, na primeira visada para o Plano de Ensino causou-me estranhamento a ausência de um olhar brasileiro (a história da comunicação seria restrita aos países europeus? A comunicação simplesmente foi transposta da Europa para cá?). A conversa com o professor da disciplina não esclareceu muito. “Trabalho com o Asa Briggs e com o Peter Burke”, respondeu. “Por qual motivo?”, questionei. “É o que há de mais atual e de leitura agradável”, explicou ele. Tudo bem, *Uma história social da mídia* é um bom livro, mas o Brasil não está ali. Os processos humanos que influenciaram os atos e determinaram as práticas comunicacionais em território nacional não estão, definitivamente, ali.

Mais alguns anos precisaram se passar para que essas inquietações fossem minimizadas. Respostas que vieram na forma de palavras que se esparramam por 392 páginas do novo livro de Marialva Barbosa:

Estudamos história da comunicação a partir de mundos absolutamente estrangeiros. Os processos da Europa Ocidental são transpostos para o território brasileiro, como se fosse possível fazer uma história que fosse válida para todos os espaços sociais. Mas a produção voltada para reconstruir processos comunicacionais, sobretudo, de um olhar eurocêntrico, não contempla as especificidades do que ocorreu no território brasileiro. Submetida a uma historicidade própria, também a comunicação aqui ganhou aspectos particulares. É esta história que este livro se propõe a percorrer (Barbosa, 2013: 8).

História que é contada ao longo de dez capítulos e compreende ações comunicacionais, em território nacional, que se iniciam no século XVIII e seguem, ainda em movimento, se construindo, até os dias de hoje. “A história que nos propomos contar” (p. 7), anuncia Barbosa logo no segundo parágrafo da Introdução, “começa nas práticas da oralidade que se esparramam em

modos orais de comunicação pelas ruas e vielas” (Ibid.) do Rio de Janeiro do século XVIII. E esse burburinho tão particularmente brasileiro, que chamava (e provavelmente continua chamando) a atenção dos estrangeiros que aqui chegavam, é o ponto de partida dessa *História da Comunicação no Brasil*, em seu primeiro capítulo – *Comunicação e práticas de oralidade: cenas do século XVIII*. Afinal, acredita a autora, “somos uma sociedade oralizada, e a história da comunicação no Brasil é a compreensão desse universo de práticas culturais de modos orais de comunicação que foram se transformando na longa duração” (p. 11).

Oralidade como marca registrada da nossa comunicação e da nossa cultura que também está presente em toda a obra. Embora seja um livro escrito e, como tal, para ser lido (com os olhos, como diziam e continuam dizendo as professoras das séries iniciais), é inegável que quando percorremos o olhar por suas linhas e páginas é como se escutássemos a professora Marialva Barbosa a contar sua versão, a partir de um olhar localizado, da história da comunicação. Quem já a ouviu falar consegue perceber na materialidade da escrita a ênfase em determinadas palavras, o tom característico com que enuncia suas ideias. Afinal, como ela mesma ressalta entre as páginas 22 e 27, são competências “do mundo da oralidade” contar histórias, a musicalidade da fala e ser uma comunicação sempre orientada para o outro.

E é assim que percebo cada um dos parágrafos de *História da Comunicação do Brasil*, é como se cada um deles fosse escrito pensando em mim, enquanto leitora; é como se fosse escrito de modo a me conquistar para que a história contada nas páginas seguintes continue me atraindo, me mantendo nesta conversa. E foi assim, encantada pela narrativa (por seu conteúdo e pelo modo de apresentação do mesmo) que passei aos capítulos seguintes. Algum desavisado poderia pensar: *mas, oralidade e cientificidade não caminham juntas*. Pelo contrário. A oralidade do texto apenas confirma a tese primeira do livro, a de que nossa história da comunicação é tecida em bases orais, e são dados históricos – por exemplo, cartas ou gravuras – que a sustentam.

Afinal, o burburinho proveniente das falas que ecoam pelas ruas das cidades continua vivo, ele não se apagou quando passamos, enquanto nação, a uma sociedade das letras, da escrita. Processo que é alavancado pela chegada da família real portuguesa ao Brasil, quando vem a *Tipografia na bagagem do rei* – título do segundo capítulo. Até aí, a mesma abordagem do percurso da comunicação impressa que ouvi à época de minha graduação. O que mantém vivo o interesse nessa *leitura auditiva* são os detalhes. Um exemplo é a rede de notícias complexas que fazia com que os fatos “corressem léguas” (p. 45) e “andassem a passos largos” (p.45):

uma rede de boatos, conversas entreouvadas, informações que “ouviam-se dizer”, “diziam uns”, “falava-se” e que podiam vir a ser publicadas no jornal. O mundo das práticas orais, das falas que se ampliavam pelas conversas nas ruas e praças migrava com frequência para o periódico, mostrando, mais uma vez, que nos sistemas de comunicação do início do século XIX pouca separação havia entre o mundo da voz e o das letras impressas (p. 44).

Ou, ainda, as materialidades históricas colocadas em cena por Barbosa, como ilustrações em que escravos decifram mapas, que nos levam a observar

a expansão do mundo dos impressos permite que vários grupos tomem contato com essas materialidades e de muitas formas, introduzindo-as direta ou indiretamente nos processos comunicacionais que realizam. Ainda que não fosse o modo dominante na comunicação, as letras escritas e/ou impressas vão assumindo um lugar simbólico nas ruas da cidade e na imaginação daqueles que são capazes (ou não) de decifrar aqueles códigos (p. 58).

E quando esse mundo da leitura passa a ocupar um lugar simbólico na nossa sociedade, o jornalismo, por extensão, pode constituir-se como uma arena de debates e, assim, se espalhar por diversas cidades, em várias regiões no Brasil, formando *Redes de comunicação*, o terceiro capítulo do livro. Este apresenta não apenas uma relação dos primeiros jornais do Brasil e onde se localizavam, como evidencia o processo pelo qual essas publicações vão abandonando as notícias longínquas e, simultaneamente, priorizando as “informações oriundas dos territórios onde estavam inseridas” (p. 70), as que “tinham preferência eram aquelas que falavam diretamente aos interesses locais” (p. 70). De modo que, aos poucos, o que estava escrito no jornal não servia mais apenas para informar, tinha também como função aplacar rumores, definir posições políticas, expressar opiniões e juízos de valor, instruir. “Ao serem fixadas no papel as informações tornavam-se a verdade indelével” (p. 76), construindo para o jornalismo um simbolismo próprio na arena pública que o mesmo ajudava a criar. Porém, para existir jornalismo era preciso que um novo homem público surgisse: o jornalista, o panfletário, o redator ou o gazeteiro. Aquele que por ter a “força da pena” (p. 80) alcançava “visibilidade, reconhecimento e distinção” (p. 80).

Assim, com o intuito de ampliar as possibilidades de discussão política, outras pessoas ansiavam também por expressarem suas opiniões nesse meio já privilegiado da esfera pública, que era o jornalismo. Nesse contexto, surgiram os *Jornais manuscritos: outras materialidades comunicacionais*, título do quarto capítulo. Se as chamadas pasquinadas surgem para “suprir a interdição dos impressos, com o passar dos anos (e dos séculos) ganham outras significações”

(p. 119). Porém, o interessante é a abordagem dada a esses jornais. Partindo do questionamento de que motivos submeteram os manuscritos ao esquecimento, Barbosa mostra que há por trás deles uma ordem comunicacional que pressupõe, em primeiro lugar, uma construção coletiva – já que muitas mãos ajudavam na cópiagem dos mesmos – e uma leitura partilhada – afinal, eles circulavam como cartas, sendo destinados de um leitor a outro. Além disso, outra forma conjunta de leitura – que migrou para os impressos tradicionais e continua sendo prática – é a fixação dos manuscritos em locais de grande circulação ou aglomeração de pessoas.

Se as pasquinadas evidenciam, assim, uma leitura coletiva, as revistas ilustradas do século XIX apontam para gestos de leitura diferenciados. Afinal, esses impressos repletos “de ilustrações a bico de pena, indicam na sua própria materialidade outras possibilidades de leitura dos periódicos: lia-se também vendo imagens” (p. 152), pelas ilustrações passam a ser produzidas novas interpretações. Entre esses leitores de imagens estão os escravos, que também são retratados pelas mesmas e, por vezes, aparecem lendo. Essa capacidade leitora dos escravos moveu a autora a mostrar também que os mesmos sabiam escrever. Para isso, Barbosa apresenta cartas redigidas por escravos e, sobretudo, anúncios publicados em jornais que

procuravam por aqueles que, rebelados, fugiam do cativeiro. As marcas de seus corpos e suas diversas aptidões são descritas para facilitar o seu reconhecimento: entre elas figuravam, com destaque, o fato de “saber ler e escrever” (p. 161).

O final do século XIX e as primeiras décadas do seguinte são marcados por uma aceleração do tempo propiciada, proporcionada pelas novas tecnologias, por novos suportes que permitiram a expansão exponencial da informação.

O século XX deixa ver, em função das tecnologias colocadas à disposição, um público que é, além de leitor, observador e ouvinte. Num segundo momento, mas já em meados do século passado, esse observador se juntará ao escutador de terceira natureza (criando o espectador) e um novo meio de comunicação entrará na cena pública: a televisão (p. 180).

Essa história está retratada no sexto capítulo, *Um mundo sensorial: a construção do observador e a expansão do público*. O foco do capítulo é a explosão da visualidade a partir da fotografia, que fixava modos de ver e, principalmente, guardava/armazenava imagens de pessoas, lugares e acontecimentos. Já o centro do capítulo 7 – *Ruídos e sons: mediações imperfeitas* – situa-se na análise de como as sonoridades, a partir do momento em que saem de aparelhos, direcionam a escuta e introduzem novos modos de ouvir. História contada, então, “a partir

dos significados que o rádio produziu no público quando permitiu sua imersão numa outra oralidade” (p. 228). *Televisão: um tubo mágico e iluminado* é o capítulo seguinte dessa *História da comunicação no Brasil*, que depositou seu futuro, segundo a autora, nas perspectivas tecnológicas desse novo meio (p. 262).

As tecnologias transformaram, assim, as ações comunicacionais. Mas não apenas isso. A partir do final da década de 1960, as sociabilidades passam a ser reguladas pelos aparatos tecnológicos “que instauram relações sociais mediadas, cada vez mais, pela ação dos meios de comunicação. [...] A vida transporta-se para a mídia e os meios de comunicação encerram a vida” (p. 307). Essa é uma das temáticas do penúltimo capítulo – “*Anos de chumbo: uma história cativa da memória*”, que também aborda o

apartamento da política do conteúdo da maioria das publicações, em função da violenta censura que se abateria sobre os meios de comunicação, sobretudo, após o recrudescimento do regime de exceção em 1968 e da edição do Ato Institucional n. 5 (p. 292).

Barbosa também se concentra nas consequências desse momento político-social para o jornalismo, como o desaparecimento de diversos periódicos e o consequente processo de concentração dos jornais; o fim das edições vespertinas e matutinas; a proliferação das publicações de conteúdo especializado; e a transformação da missão do jornalista.

A passagem do mundo analógico ao digital e as transformações nos modos de comunicar decorrentes dela – são exemplos o público como produtor de conteúdo e o aparecimento do tempo real “na cena jornalística como ultra-realidade” (p. 336) – estão retratadas no último capítulo, o de número 10, intitulado *A comunicação ao alcance da mão: novas tecnologias e o fim do século XX*. Porém, como ressalta a autora, “como compreender um processo inacabado?” (p. 339), uma história ainda em construção?

Ao terminar o livro, fica a sensação de *quero mais*, de que as letras impressas multipliquem-se por mais e mais páginas... Páginas que poderiam retratar outras histórias da comunicação no Brasil, histórias esquecidas ou silenciadas como estavam as relacionadas à oralidade como base das nossas trocas comunicativas, à capacidade de leitura e a escriturária dos escravos. Enfim, histórias que nos mostrem, assim como fez brilhantemente Barbosa em seu *História da Comunicação no Brasil*, que ainda sabemos muito pouco sobre as histórias que fizeram e ainda ajudam a construir a história da comunicação em nosso país. ■

Artigo recebido em 02 de agosto de 2013 e aprovado em 13 de março de 2014.